



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MILTON LOURENÇO: RECEITA FEDERAL: CADA VEZ MAIS ATUANTE

A fiscalização aduaneira da Alfândega do Porto de Santos vem utilizando-se de processos altamente técnicos e de inteligência

Por Milton Lourenço 20.07.20 18h03

Alvíssaras – essa talvez teria sido a expressão utilizada à época da inauguração das operações organizadas no Porto de Santos, em 1892, quando o vapor Nasmith, de bandeira inglesa, atracou nos 260 metros de amurada no cais do Valongo. Muito antes disso, no entanto, em 1550, já existia a Alfândega de Santos. Aliás, não só aqui como em praticamente todos os portos do mundo, as alfândegas sempre tiveram grande protagonismo face ao seu caráter arrecadador e de controle. Portanto, sempre constituíram uma instituição de interesse direto dos governantes, dos comerciantes e da população em geral.

Fazendo essa longa viagem, chegamos hoje a esse mar de más notícias e situações negativas por que passa o Brasil e o mundo com a pandemia do coronavírus (covid-19) e suas terríveis consequências. Mas, seja como for, os raros fatos positivos precisam ser valorizados, como é o caso do tema que trataremos neste artigo, que é de extrema importância para as atividades aduaneiras desempenhadas nesta Cidade.

Referimo-nos, pois, à atuação da fiscalização aduaneira da Alfândega do Porto de Santos, que vem antecipando os procedimentos tecnológicos de controle de fiscalização de mercadorias destinadas à exportação ou ingressadas por importação, utilizando-se de processos altamente técnicos e de inteligência, tendo como base as regras instituídas pelo programa Operador Econômico Autorizado (OEA), nos moldes previstos na Instrução Normativa nº 1.598/2015, da Coordenadoria-Geral da Administração Aduaneira (Coana).

Há sempre aqueles que veem a iniciativa como antecipada ou açodada, mas esse pensamento deve ser afastado na medida em que a Receita Federal é o mais preparado órgão do governo nacional, situação à que chegou ao longo dos anos, cujos exemplos são a implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e os sistemas complementares que lhe dão robustez e altíssima eficiência.

Com um quadro de agentes fiscais com alta formação, a Receita Federal executa eficiente fiscalização nos procedimentos e operações aduaneiras, resultando quase sempre na apreensão de significativa quantidade de mercadorias não-declaradas ou mesmo de contrabando, como é o caso das drogas.

Já com relação a prazos, o desembaraço aduaneiro, que já teve média de oito, dez dias e, às vezes, até mais, para se concretizar, hoje ocorre em horas ou até em minutos. Neste momento, com a implementação (em andamento) dos procedimentos do programa OEA, entrou em vigor o sistema de desembaraço aduaneiro “sobre águas”, modalidade em que a carga é desembaraçada antes de ser descarregada no porto, funcionando como um “despacho antecipado”, em benefício, obviamente, das empresas consideradas “parceiras estratégicas” da Receita Federal.

Outro bom exemplo do processo de modernização pelo qual passa a fiscalização da Receita Federal é o sistema chamado de “Fronteira Tech”, instalado, ao final do ano passado, na Ponte Internacional da Amizade, que liga Foz do Iguaçu-PR à Ciudad del Este, no Paraguai, a fronteira mais movimentada do Brasil, por onde passam diariamente cerca de 100 mil pessoas e 40 mil carros. Instalado em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico, o sistema significou importante reforço no controle aduaneiro exercido pela Receita Federal.

Para os despachantes e comissários de despachos mais antigos, todas essas alterações podem causar uma compreensível apreensão. No entanto, constituem uma situação irreversível decorrente do normal desenvolvimento das operações tecnológicas que, com certeza, vão colocar o Brasil entre as nações mais modernas na área de comércio exterior.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 21/07/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ PARTICIPA DE WEBINAR NO ÂMBITO DA CONFERÊNCIA “DESCARBONIZANDO O TRANSPORTE EM UMA CRISE GLOBAL SEM PRECEDENTES”

O diretor da Agência, Adalberto Tokarski, participou do evento virtual promovido pela OCDE

O diretor da ANTAQ, Adalberto Tokarski, participou do webinar “Descarbonizando o transporte em uma crise global sem precedentes”, organizado pelo Fórum Internacional de Transportes (FIT) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no dia 17 de julho.

A participação ocorre dentro de um contexto de aproximação do Brasil junto ao FIT. Na véspera do evento, o Brasil foi admitido como país observador desse fórum, que atualmente conta com mais de 60 países membros e funciona como um “think tank” de políticas de transportes, além de ser uma plataforma de discussão e pré-negociação dos assuntos relacionados a essas políticas.

O webinar foi organizado no âmbito da conferência “Descarbonizando o Transporte em uma crise global sem precedentes” que, por sua vez, faz parte do projeto “Descarbonização de transportes em economias emergentes”, do FIT.

Durante sua apresentação, Tokarski fez uma breve exposição acerca da atuação da ANTAQ e das características do transporte aquaviário no Brasil. Ao discorrer sobre os impactos causados pela pandemia da Covid-19 no transporte aquaviário brasileiro, o diretor destacou o incremento de 4% na movimentação portuária no período de janeiro a maio de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. No transporte de longo curso, foi constatado um aumento de 2,9% nas exportações nesse período, com destaque para exportação de soja para a China, cujo incremento foi de 43,4%.

O diretor enfatizou a importância da descarbonização proporcionada pelo transporte aquaviário, citando que a navegação de cabotagem apresentou aumento de 13,9% no período citado.

Ainda no tocante à diminuição da emissão de CO₂, Tokarski frisou que o país possui amplo potencial de crescimento no transporte aquaviário, tanto em termos de navegação interior quanto na navegação de cabotagem, e que medidas podem ser tomadas para permitir a integração desses modais no sistema de transporte brasileiro. Apresentou, como exemplo, os investimentos que foram realizados para permitir o escoamento da produção agrícola pela Região Norte do país, bem como as negociações em curso acerca da livre navegação na hidrovía Paraguai-Paraná.

“Sou um defensor da maior utilização do transporte aquaviário no país e precisamos promover a discussão desse tema com outros atores e organismos para que essas ações sejam implementadas”, concluiu Tokarski.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 21/07/2020

CAMEX REDUZ PARA 0% IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE BENS NA CONDIÇÃO DE EX-TARIFÁRIOS

Redação Portogente



Foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira, dia 20 de julho, a relação de Bens de Informática e Telecomunicação que, na condição de ex-tarifários, receberam o benefício da redução para 0% da alíquota do Imposto de Importação.

A Resolução 70 da Câmara de Comércio Exterior, abrangida no Ministério da Economia, entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2020.

<https://portogente.com.br/images/container->

[3857611_640.jpg](#)

Entre os tipos de mercadoria mais beneficiados com a concessão do ex-tarifário estão módulos solares fotovoltaicos e transmissores ópticos.

[Clique aqui para ver a lista completa no anexo único da Resolução.](#)

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 21/07/2020

A AGROINDÚSTRIA E A PRODUÇÃO DE QUALIDADE

Assessoria de Comunicação

"A agroindústria brasileira, ao longo de mais de 60 anos, vem desenvolvendo um produto de alta qualidade no mercado mundial, e assim é reconhecida. Os pioneiros do agronegócio na produção nacional de aves e suínos são empresas que surgiram em Santa Catarina e se tornaram empresas globais", afirma Jorge Luiz de Lima, diretor Executivo do Sindicato das Indústrias da Carne e Derivados de Santa Catarina e da Associação Catarinense de Avicultura (Sindicarne/Acav).



https://portogente.com.br/images/600_Sindicarne.jpg

Jorge Luiz de Lima, diretor Executivo do Sindicato das Indústrias da Carne e Derivados de Santa Catarina e da Associação Catarinense de Avicultura (Sindicarne/Acav). Crédito: Divulgação

Para ele, "o setor se especializou em um tripé que o levou ao topo do mercado global de proteína animal. Fazem parte deste tripé a sanidade, nutrição e genética. No aspecto sanitário, o Estado foi pioneiro na erradicação da febre aftosa sem vacinação do rebanho em suínos e na eliminação de doenças em aves e detém um monitoramento rigoroso de suas ações junto ao poder público em interação constante para manutenção do status sanitário concedido pela OIE. Quanto à nutrição as agroindústrias desenvolveram rações balanceadas para a alimentação dos animais fazendo com que o

aproveitamento energético destes traga um produto nutritivo e saudável. Por fim, o melhoramento

genético da cadeia produtiva fez com que o rebanho de suínos e aves seja de excelência, inclusive com a exportação de matrizes".

Nesse sentido, prossegue o empresário, "além da qualidade dos animais é importante destacar toda a logística envolvida na produção, desde homem do campo que produz os insumos da alimentação como milho, por exemplo, bem como os criadores de animais no sistema de cooperação e integração".

Outro aspecto relevante para o sucesso do setor é, diz Jorge Luiz de Lima, "a produção industrial que atualmente possui em Santa Catarina mais de 60.000 empregados diretos, 480.000 postos de trabalho indiretos, produzindo em torno de 3 milhões de aves e 30 mil suínos por dia, respondendo por 34% do PIB de Santa Catarina. O setor representa praticamente 67% de toda a exportação do Estado e envia seu produto para mais de 190 países".

Ele expõe: "O Brasil atualmente é 1º produtor e exportador de aves em escala mundial e o 4º maior produtor e exportador de suínos, sendo que a carne suína é a proteína animal mais consumida no mundo. Santa Catarina ocupa o topo brasileiro em produção e exportação de carne suína e o 2º lugar na produção e exportação de aves."

O diretor Executivo do Sindicarne reforça que "todo esse sucesso se deve sempre ao esforço conjunto de empregados, que trabalham em um ambiente de extrema segurança para sua saúde, empresas que investem no desenvolvimento de tecnologias para melhoramento de seus processos produtivos e o homem do campo que se profissionalizou, principalmente ao longo destes últimos 20 anos. Tudo isto só é possível quando há uma integração entre quem está produzindo e o mercado consumidor, que assim reconhece a produção catarinense como a melhor do mundo. Este é o compromisso do setor, ou seja, produzir com qualidade e segurança".

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 21/07/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

BC DIZ QUE NOVO CRÉDITO PARA PEQUENA EMPRESA JÁ PODE SER OFERECIDO POR BANCOS

A nova linha de crédito para empresas, que conta com R\$ 127 bilhões em recursos, já pode ser ofertada pelos bancos a partir desta terça-feira, 21, conforme informou o Banco Central. Deste montante, pelo menos R\$ 100 bilhões serão obrigatoriamente direcionados a empresas menores, com receita bruta anual de até R\$ 100 milhões.

As regras para o funcionamento do chamado Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE) foram aprovadas na segunda-feira, 20, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e detalhadas na manhã desta terça pelo BC.

A linha representa mais um esforço do governo para que o crédito chegue a empresas menores em todo o Brasil neste período de crise. Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o BC já anunciou uma série de programas para irrigar o mercado de crédito, mas a própria instituição reconhece que as ações tomadas não deram conta de toda a demanda por recursos.

De acordo com o BC, o crédito concedido pelas instituições financeiras via CGPE será destinado exclusivamente ao capital de giro das empresas. Estão aptas a acessar os recursos as empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões. Porém, pelo menos 80% do programa (cerca de R\$ 100 milhões) serão direcionados a empresas menores.

O prazo mínimo das operações será de 36 meses e haverá carência mínima de seis meses para início de amortização da dívida pelas empresas. Pelas regras do CGPE, ao receber os recursos, uma empresa não será obrigada a pagar débitos anteriores contraídos perante a instituição

financeira credora. Em outras palavras, a empresa poderá utilizar os recursos, de fato, para capital de giro.

Os juros cobrados serão os de mercado – ou seja, eles serão definidos pelas próprias instituições financeiras. Dados do BC mostram que, em maio, a taxa média de juros em operações de capital de giro com prazo menor que 365 dias estava em 8,7% ao ano. No caso de operações com prazos maiores, o juro médio era de 12,6% ao ano.

O diretor de Fiscalização do Banco Central, Paulo Souza, explicou que, diferentemente de outras linhas de crédito lançadas na pandemia de covid-19, o CGPE terá o risco totalmente assumido pelos bancos, sem a participação do Tesouro Nacional. “O incentivo para as instituições financeiras é a otimização do seu capital para absorver perdas inesperadas nesse programa”, afirmou.

Souza disse que R\$ 127 bilhões hoje alocados pelos bancos em ativos decorrentes de diferenças temporárias consomem R\$ 105 bilhões do capital das instituições. Com uma mudança autorizada pelo BC, a disponibilização desses mesmos R\$ 127 bilhões para operações de crédito para empresas consumirá apenas R\$ 11 bilhões do capital dos bancos.

“Com a liberação de capital feita sobre esses ativos, entendemos que os bancos terão incentivos para emprestar, com capital suficiente para correr um pouco mais de risco em suportar perdas significativas que podem ocorrer nesse crédito”, afirmou o diretor. “Para cada R\$ 1 de benefício na realocação de capital, a instituição financeira tem que ter emprestado R\$ 1 via CGPE”, completou.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 21/07/2020

CMN DEFINE REGRAS PARA PROGRAMA DE CAPITAL DE GIRO PARA PRESERVAÇÃO DE EMPRESAS

Em reunião extraordinária realizada na segunda-feira, 20, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu as regras para o funcionamento do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), a mais nova aposta do governo para fazer o crédito chegar às empresas de pequeno porte na crise. Conforme nota divulgada nesta terça-feira, 21, pelo Banco Central, o crédito concedido pelas instituições credoras do CGPE será destinado exclusivamente ao capital de giro das empresas.

O BC informou ainda que o prazo mínimo do crédito pelo CGPE será de 36 meses. Já a carência mínima para início da amortização das dívidas pelas empresas será de seis meses.

Além disso, pelo menos 80% do programa será direcionado a empresas menores, com receita bruta anual de até R\$ 100 milhões.

A autarquia informou ainda que a regulamentação do CGPE proíbe qualquer limitação à livre movimentação de recursos pelos devedores. Isso significa que, ao receber os recursos, uma empresa não será obrigada, por exemplo, a pagar débitos anteriores contraídos perante a instituição financeira credora.

“Com potencial de R\$ 120 bilhões, espera-se que a nova linha de crédito alcance micro, pequenos e médios empresários, garantindo-se que esses agentes tenham recursos para fazer frente às suas obrigações de curto prazo, com condições mais favoráveis do que hoje encontram em mercado”, registrou o BC na nota.

A Resolução nº 4.838 do CMN, que traz a regulamentação, está disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4838>.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 21/07/2020

SANCIONADA LEI QUE PERMITE RETORNO DE SORTEIOS NA TV

Crédito: Antonio Cruz/Agência Brasil



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/07/bolsonaro-antonio-cruz-3-768x432.jpg>

Presidente Jair Bolsonaro: vetos ao texto, publicado nesta terça-feira (21) no Diário Oficial da União, que estabelece regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias (Crédito: Antonio Cruz/Agência Brasil)

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a lei que permite a recriação de sorteio de prêmios ao público em emissoras de televisão no país, que estavam proibidos desde o final dos anos 90.

O texto, publicado nesta terça-feira (21) no Diário Oficial da União estabelece regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias. Também autoriza a distribuição de brindes por meio de concurso por organizações da sociedade civil da área de educação, saúde, cultura, assistência social, entre outros.

Pela nova legislação, fruto da edição da Medida Provisória Nº 923/2020 em março, que foi aprovada pelo Congresso, a distribuição de prêmios poderá ocorrer não só via telefone, mas por outros meios eletrônicos, como sites e aplicativos.

Os sorteios não poderão ser feitos por bingos ou por operações de jogos de azar. Também ficaram proibidas a distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro. Os prêmios também não poderão ser distribuídos por organizações com interesse político-partidário ou eleitorais.

Vetos

Entre os vetos está a participação nos sorteios por telefone e a distribuição de prêmios gratuitos sem autorização do poder público. “Sem autorização, não é possível a adoção de práticas de proteção nem de mecanismos de controle de Estado que fiscalizem crimes como lavagem de dinheiro e sonegação fiscal”, informou o Palácio do Planalto.

Segundo o Ministério da Economia, neste período de crise econômica, a lei representa uma alternativa importante para as emissoras de televisão aberta, uma vez que torna o mercado mais competitivo com impactos para a economia e geração de emprego.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 21/07/2020

CÂMARA APROVA PROJETO QUE AMPLIA A ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF

A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira, 20, projeto que amplia a área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Pelo texto, bacias do Amapá, Minas Gerais e Bahia foram incluídas no escopo da companhia. A Codevasf é uma empresa pública que atua no desenvolvimento socioeconômico em regiões próximas a bacias hidrográficas. O projeto, por ter sido modificado, retornará para a análise dos senadores.

A proposta foi relatada pelo deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), que acatou parte das emendas de plenário. A versão inicial do projeto, de autoria do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), incluía a bacia hidrográfica do Rio Araguari e demais bacias dos Estados do Amapá, do Amazonas e do Pará na área de atuação da companhia. Com as mudanças acatadas pelo relator, foram retiradas as previsões de incluir bacias dos Estados do Pará e Amazonas. Do Estado de Minas Gerais, foram acrescentadas as bacias de Jequitinhonha, Mucuri e as dos municípios da região do Alto Rio Pardo. Além disso, também foi incluída a bacia do Rio de Contas, na Bahia.

Durante a votação, parlamentares argumentaram que a inclusão de novas bacias no escopo da Codevasf teria impacto orçamentário. Requerimento do partido Novo pediu a retirada de pauta do projeto, mas foi rejeitado pela maioria dos deputados. O relator argumentou que a companhia tem importância fundamental para o desenvolvimento regional das áreas onde atua e que a ideia da proposta é “deixar facultativa a possibilidade de investimento do governo federal”.

“Não estamos criando despesa. Não estamos gerando obrigatoriedade para que o governo tenha que investir. O projeto autoriza a possibilidade das ações da Codevasf serem feitas nesses novos Estados e regiões. Se tiver o recurso ótimo, será atendido. Se não tiver, não será atendido, como ocorre hoje”, disse o deputado Silvio Costa Filho.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 21/07/2020



EXTRA ONLINE

REFORMA TRIBUTÁRIA DO GOVERNO MANTÉM ISENÇÃO DA CESTA BÁSICA; VEJA OS DETALHES DA PROPOSTA

Por Manoel Ventura



<https://extra.globo.com/incoming/24544012-de4-852/w640h360-PROP/xministro-da-economia-paulo-guedes.jpg.pagespeed.ic.KkUtDSzkQd.jpg>

O ministro da Economia, Paulo Guedes, entrega ao Congresso Nacional a proposta do governo federal com parte da reforma tributária. O projeto foi entregue aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia e do Senado, Davi Alcolumbre. O ministro da Economia, Paulo Guedes, entrega ao Congresso Nacional a proposta do governo federal com parte da reforma tributária. O

projeto foi entregue aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia e do Senado, Davi Alcolumbre. Foto: Jorge William / Agência O Globo

BRASÍLIA — O projeto de lei do governo para a primeira fase da reforma tributária mantém algumas isenções de impostos federais. Entre elas, a desoneração dos produtos que compõem a cesta básica, apesar de integrantes da equipe econômica se mostrarem contra esse benefício.

O texto entregue pelo ministro Paulo Guedes unifica os tributos federais PIS e Cofins. No seu lugar, cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%, conforme antecipou o GLOBO.

Além de isentar da CBS as receitas decorrentes da venda de produtos integrantes da cesta básica, o projeto isenta a prestação de serviços de saúde, desde que recebidas do Sistema Único de Saúde (SUS) por entidades particulares. Entidades beneficentes continuam imunes.

Também ficam isentas a prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário; e a venda de imóvel residencial novo ou usado para pessoa natural.

Além disso, na aquisição de produtos agropecuários in natura e na contratação de transportadores autônomos (caminhoneiros), os adquirentes poderão calcular e apropriar crédito presumido.

O novo modelo

A reforma estabelece o fim do PIS/Cofins e cria um novo modelo de impostos sobre o consumo. Acabam os tributos diferenciados para vários setores e mais de uma centena de regimes especiais. O governo argumenta que esse sistema é muito complexo, pouco claro e gera uma série de dúvidas.

— Essa reforma é um modelo completamente novo. Estamos abandonando duas contribuições que acabaram sendo distorcidas completamente ao longo das décadas, o que gera todo esse passivo e complexidade, para um modelo completamente novo, onde teremos uma tributação uniforme de todos os bens e serviços — disse o secretário da Receita Federal, José Tostes.

Por esse novo modelo, a CBS incidirá apenas sobre a receita decorrente do faturamento empresarial, ou seja, sobre as operações realizadas com bens e serviços em sentido amplo. Acaba a cumulatividade, e a cobrança será sobre o valor adicionado por empresa.

Haverá uma redução de 52 para nove campos na nota fiscal, bem como de 70% das obrigações acessórias. O ICMS e o ISS não compõem a base de cálculo da CBS.

As plataformas digitais devem recolher a CBS quando intermediarem operações nas quais o vendedor não emita nota fiscal eletrônica. É o caso de plataformas de vendas entre pessoas físicas.

O Simples Nacional não muda. A empresa que adquirir bens e serviços de optante pelo Simples poderá apurar crédito.

Bancos com alíquota menor

Por não gerarem ou se apropriarem de crédito, entidades financeiras — desde bancos a planos de saúde e seguradoras — mantêm a forma de apuração antiga com alíquota de 5,9%. Ou seja, os bancos terão uma alíquota menor.

Como tem previsão constitucional, a Zona Franca de Manaus fica mantida, mas com simplificação das regras e procedimentos. Além disso, as cooperativas têm isenção em operações entre elas e seus associados.

Pessoas jurídicas que não realizam atividade econômica não serão contribuinte da CBS. É o caso de condomínios de proprietários de imóveis; instituições filantrópicas e fundações; entidades representativas de classes e conselhos de fiscalização de profissões; serviços sociais autônomos; templos de qualquer culto; sindicatos; e partidos políticos.

Para o caso de importação de bens e serviços, quem recolhe a CBS é o importador. Apenas na importação feita por pessoa física é que os fornecedores estrangeiros e plataformas digitais ficam responsáveis pelo recolhimento. Fornecedores e plataformas digitais estrangeiros precisam fazer cadastro via internet na Receita Federal.

A CBS entra em vigor seis meses após a publicação da nova lei.

A reforma do PIS/Cofins sofre críticas principalmente por parte de empresas de serviços. Pelo projeto do governo, todas as empresas passariam a ser tributadas pelo sistema não cumulativo, que prevê créditos nas compras de insumos. Ao contrário da indústria, o segmento de serviços compra poucos insumos e é intensivo em mão de obra e, por isso, teme ser prejudicado.

Fonte : Extra Online

Data : 21/07/2020

NEOENERGIA VÊ LUCRO CAIR 18% NO 2º TRI COM IMPACTOS DA COVID EM DISTRIBUIDORAS

Por Luciano Costa

SÃO PAULO (Reuters) - A elétrica Neoenergia, controlada pelo grupo espanhol Iberdrola, registrou lucro líquido de 423 milhões de reais no segundo trimestre, com recuo de 18% na

comparação com mesmo período do ano passado principalmente devido a impactos do coronavírus sobre as distribuidoras de energia do grupo.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização da companhia (Ebitda), que também tem negócios em geração e transmissão, atingiu 1,1 bilhão de reais, com retração de 19% ano a ano, em meio à queda no consumo e a uma maior inadimplência dos clientes em meio à pandemia.

Em meio ao cenário desafiador para as elétricas, a receita operacional líquida da Neoenergia fechou o trimestre entre abril e junho em quase 6,6 bilhões de reais, estável na comparação com o segundo trimestre de 2019.

O volume de energia injetada na rede das distribuidoras da companhia, que tem concessionárias na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo, recuou 8,95% frente ao mesmo período do ano anterior, impactado por quarentenas para conter a disseminação do vírus que levaram ao fechamento de negócios e a uma forte desaceleração na atividade econômica.

No acumulado dos primeiro semestre, a energia injetada teve retração de 4,3%.

Ainda assim, a Neoenergia fechou o período com alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e o Ebitda de 12 meses, em 3,07 vezes, com pouca variação ante 3 vezes no final de 2019.

Em termos de investimentos, a Neoenergia registrou desembolsos de 1,37 bilhão de reais no trimestre, quase 50% mais que em mesmo período do ano passado.

A maior parte foi para redes de distribuição, com 796 milhões de reais, enquanto 372 milhões de reais foram para os negócios em transmissão e 165 milhões de reais para projetos de geração renovável.

No acumulado de 2020 até o final do primeiro semestre, os aportes alcançaram 2,3 bilhões de reais, com avanço de 30% ano a ano.

Em meio aos impactos do coronavírus sobre o setor de distribuição, a Neoenergia concordou em aderir a um empréstimo viabilizado pelo governo junto a um grupo de bancos para apoiar as elétricas devido à forte perda de caixa.

As distribuidoras da Neoenergia tomarão 1,66 bilhão de reais junto à Conta-Covid, nome dado pelo governo à operação, que é liderada pelo BNDES mas envolve principalmente instituições financeiras privadas.

Além dos negócios em geração, a Neoenergia possui operações de transmissão de energia e ativos de geração que incluem uma fatia na hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e uma série de parques eólicos no Nordeste.

Fonte : Extra Online

Data : 21/07/2020

CONSELHO DA RUMO APROVA TENTAR RELICITAÇÃO DA MALHA OESTE

Por Alúcio Alves

SÃO PAULO (Reuters) - A Rumo informou nesta terça-feira que seu conselho de administração aprovou pedir à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a relicitação da Malha Oeste.

Braço de logística do grupo de energia Cosan, a Rumo opera a ferrovia de 1.945 quilômetros que vai da cidade paulista de Mairinque até Corumbá, extremo oeste do Mato Grosso do Sul, perto da fronteira brasileira com a Bolívia.

Fonte : Extra Online

Data : 21/07/2020

PETROBRAS ENTRA COM AÇÃO CONTRA SENTENÇA PROFERIDA EM CÂMARA DE ARBITRAGEM DA B3

Por *Nayara Figueiredo*

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras informou nesta terça-feira que ingressou com ação judicial para anulação de sentença arbitral parcial proferida em arbitragem instaurada pelos fundos Petros e Previ, que tramita perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), da B3.

Segundo comunicado, a ação judicial tramita em segredo de justiça, em respeito às regras da CAM.

"A Petrobras reitera que seguirá buscando a anulação definitiva da sentença parcial, por suas graves falhas e impropriedades, e continuará a se defender vigorosamente, em respeito a seus atuais acionistas, em todas as arbitragens de que é parte", disse a companhia, sem dar mais detalhes.

Fonte : *Extra Online*

Data : 21/07/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

GUEDES ENTREGA AO CONGRESSO PRIMEIRA PARTE DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO GOVERNO

Texto prevê apenas unificação de PIS e Cofins, sem incluir tributos locais; outras mudanças ficarão para depois

Por *Manoel Ventura*



<https://ogimg.info globo.com.br/in/24543702-bf6-f31/FT1086A/652/ximg20200721163211025.jpg>

*O ministro da Economia, Paulo Guedes, entrega ao Congresso Nacional a proposta do governo federal com parte da reforma tributária. O projeto foi entregue aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Foto: Michel Jesus / Câmara dos Deputados*

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou nesta terça-feira a primeira parte da proposta de reforma tributária do governo. Ele próprio e o secretário da Receita Federal, José Tostes, foram ao Congresso Nacional fazer a entrega da proposta aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O projeto é a primeira etapa das mudanças a serem indicadas pelo governo para o sistema de impostos do Brasil, considerado complexo demais por empresários e investidores.

O governo propôs unificar os dois tributos federais sobre o consumo, PIS e Cofins, criando um único imposto federal chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A alíquota é de 12%.

O objetivo dessa mudança é reduzir a burocracia e os custos das empresas com o pagamento de impostos. Isso porque o PIS e a Cofins são impostos com vários sistemas de cobranças e compensações.

A reforma do PIS/Cofins sofre críticas principalmente por parte de empresas de serviços. Pelo projeto do governo, todas as empresas passariam a ser tributadas pelo sistema não cumulativo, que prevê créditos nas compras de insumos. Ao contrário da indústria, o segmento de serviços compra poucos insumos e é intensivo em mão de obra e, por isso, teme ser prejudicado.

A alíquota é única, sem compensações. Essa unificação não requer mudanças na Constituição Federal e, por isso, tem uma tramitação mais fácil no Congresso. A proposta da área econômica também mantém a base de arrecadação estável.

A proposta do governo vai se juntar a outros dois textos que já tramitam no Congresso. Câmara e Senado discutem reformas tributárias mais amplas, com mais impostos. O texto da Câmara unifica cinco impostos e o do Senado, nove. A proposta de Guedes vai se somar a essa discussão, em uma comissão mista.

Reações

Alcolumbre disse que o dia é histórico e defendeu a comissão mista, de deputados e senadores.

— Hoje damos mais um passo significativo no rumo de fazermos a sonhada reforma tributária brasileira. Hoje um emaranhado de legislações, portarias, resoluções, complica a vida dos investidores, atrapalha o ambiente brasileiro. Com ela, teremos oportunidade de construir novo ambiente propício para o desenvolvimento — disse.

Maia pediu para que os críticos compreendam o real objetivo da proposta.

— O importante é que a gente possa avançar numa reforma tributária que ajude e dê segurança jurídica para o setor produtivo investir no Brasil e gerar emprego e renda — afirmou.

Já Guedes afirmou que cabe à política o ritmo das reformas. Citou outras medidas em tramitação no Congresso, como mudanças no setor elétrico e de petróleo. Disse que a reforma pode ter atrasado por “circunstâncias políticas”. E defendeu a decisão do governo de tratar apenas de impostos federais.

— Nós defendemos o IVA-dual desde a campanha. Em respeito a Federação e ao Congresso, não cabe ao ministro da Fazenda legislar sobre os entes federativos. Não posso invadir o território dos prefeitos e governadores. Mandamos propostas que podem ser trabalhadas e acopladas. Mandaremos imposto de renda, dividendos, IPI. Todos os impostos serão abordados.

Novas etapas

Em meados de agosto, o governo deve propor novas mudanças no sistema tributário. Essas novas etapas devem englobar mudanças no Imposto de Renda de pessoas físicas e empresas; retorno da taxa sobre a distribuição de lucros e dividendos; criação de um tributo sobre o comércio e os pagamentos em meio eletrônico, similar à extinta CPMF, para desonerar a folha de pagamentos.

Diferentes governos tentaram, sem sucesso, fazer a reforma tributária nas últimas décadas, focados principalmente na tributação sobre o consumo. A simplificação da cobrança de impostos é considerada por especialistas como fundamental para a retomada do crescimento econômico.

Empresários e especialistas afirmam que há um grande número de tributos, o que deixa muito difícil o sistema tributário brasileiro. No caso do ICMS, por exemplo, há 27 diferentes legislações vigentes no país.

Mas a proposta do governo não mexe com o ICMS (estadual) e ISS (municipal), para não criar atritos com governadores e prefeitos.

Como é a tributação hoje?

De forma geral, existem duas sistemáticas para o pagamento do PIS/Cofins:

- As empresas que acertam as contas com a Receita Federal pelo regime do Lucro Presumido pagam o PIS/Cofins de maneira cumulativa (a cada etapa da produção) a uma alíquota de 3,65% (3% de Cofins e 0,65% de PIS) que não gera crédito tributário;
- As empresas que acertam as contas pelo regime do Lucro Real pagam o PIS/Cofins de maneira não cumulativa a uma alíquota de 9,25% (7,6% de Cofins e 1,65% de PIS). Neste caso, as compras de alguns insumos dão às empresas direito a créditos tributários;
- Há ainda alguns setores que possuem uma tributação diferenciada, como medicamentos, agronegócio, e produtos fabricados na Zona Franca de Manaus.

Como ficará?

- O governo quer que todas as empresas passem a pagar o PIS/Cofins de maneira não cumulativa, com alíquota de 12%, mas também passem a ter direito a créditos tributários sobre as compra de todos os insumos.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 21/07/2020

GOVERNO CRIA COMITÊ PARA COORDENAR AÇÕES DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

Grupo será presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional

Por Washington Luiz

BRASÍLIA — O governo publicou no Diário Oficial da União desta terça-feira o decreto que cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb). Previsto no novo marco legal do saneamento, aprovado pelo Congresso na última semana, o colegiado será presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e terá a responsabilidade de assegurar a implementação da lei e de coordenar a alocação de recursos financeiros.

Também farão parte do comitê: o ministro da Casa Civil, o da Saúde, o da Economia, o do Meio Ambiente e o do Turismo. As reuniões do grupo ocorrerão duas vezes ao ano ou sempre que houver convocação pelo presidente do colegiado.

O Cisb poderá convidar especialistas, pesquisadores e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas para participar dos encontros, prestar informações ou apoiar a execução dos trabalhos, mas sem direito a voto.

Ainda de acordo com o decreto, o comitê deverá elaborar relatórios de monitoramento e de avaliação da alocação de recursos. Os documentos serão encaminhados à Presidência da República e divulgados no site do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 21/07/2020

PETROBRAS VENDE 10% DA TAG POR R\$ 1 BILHÃO PARA ENGIE E CDPQ

Empresa possui a mais extensa malha de transporte de gás natural do Brasil, com uma infraestrutura de gasodutos de aproximadamente 4.500 km

Por Bruno Rosa

RIO - A Engie, empresa privada de energia na área de geração e transmissão, e a CDPQ (Caisse de dépôt et placement du Québec) compraram os 10% remanescentes na TAG (Transportadora Associada de Gás) que estavam com a Petrobras. O valor da transação chegou a R\$ 1,006 bilhão.

Com essa aquisição, a participação acionária total da Engie na TAG aumenta para 65%, enquanto a CDPQ detém os demais 35%. A TAG possui a mais extensa malha de transporte de gás natural do Brasil, com uma infraestrutura de gasodutos de aproximadamente 4.500 quilômetros,

localizada ao longo de parte do litoral Sudeste e do litoral Nordeste do país, além de um trecho que liga Urucu a Manaus (Amazonas), na região Norte. A companhia também pretende vender seus campos em terra até o fim de 2021



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23250761-88e-9b9/FT1086A/652/x70542971_A-worker-makes-a-routine-control-check-of-the-Bolivian-Brazilian-gas-pipeline-at-a-compress.jpg.pagespeed.ic.hWVybUa0P6.jpg

Petrobras vende ativos de gás no Brasil, como a Gaspetro. Trabalhador faz checagem de rotina em uma planta de compressão do gasoduto Brasil-Bolívia, em Rio Grande. Trabalhador faz checagem de rotina em uma planta de compressão do gasoduto Brasil-Bolívia, em Rio Grande. Foto: Diego Giudice / Bloomberg News

RIO - A Engie, empresa privada de energia na área de geração e transmissão, e a CDPQ (Caisse de dépôt et placement du Québec) compraram os 10% remanescentes na TAG (Transportadora Associada de Gás) que estavam com a Petrobras. O valor da transação chegou a R\$ 1,006 bilhão.

Com essa aquisição, a participação acionária total da Engie na TAG aumenta para 65%, enquanto a CDPQ detém os demais 35%. A TAG possui a mais extensa malha de transporte de gás natural do Brasil, com uma infraestrutura de gasodutos de aproximadamente 4.500 quilômetros, localizada ao longo de parte do litoral Sudeste e do litoral Nordeste do país, além de um trecho que liga Urucu a Manaus (Amazonas), na região Norte. A companhia também pretende vender seus campos em terra até o fim de 2021

Em comunicado, as empresas informaram que a capacidade comercial de transporte de gás da malha da TAG está plenamente contratada com a Petrobras com base em cláusulas ship-or-pay com prazo residual médio de vigência de 11 anos. "Depois desse período, a TAG estará sujeita a ciclos de revisão tarifária e mecanismos de contratação, tal como previsto na legislação atual e regulamentação aplicável para ativos de infraestrutura regulados", disse a Engie em nota.

Mauricio Bähr, presidente da Engie Brasil, disse que o investimento tem foco no longo prazo. "A aquisição dos 10% remanescentes da TAG demonstra nossa confiança no Brasil e está alinhada com nossas metas estratégicas de crescimento em renováveis, ativos de infraestrutura e soluções para cidades, empresas e territórios", disse a companhia.

A Petrobras também vai se desfazer dos 10% adicionais na NTS, controlada pelo consórcio formado por Brookfield, British Columbia Investment e Itaúsa, dona de gasodutos no Rio, São Paulo e Minas Gerais. Procuradas, as empresas não comentaram.

A estatal também está vendendo sua participação de 51% na TBG (Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil), dona do Gasbol, o Gasoduto Bolívia-Brasil.

Mas as divergências entre a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) em relação às tarifas de transporte do gás natural estão dificultando o processo de venda.

Fonte : *Jornal O Globo - RJ*

Data : 21/07/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COM REABERTURA, MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS CRESCE 10% EM JUNHO

Por *Luciana Collet*

A movimentação de cargas no País cresceu 10,5% em junho, segundo levantamento da AT&M Tecnologia, empresa de averbação de seguros de transporte de cargas. Foram contabilizados R\$ 532 bilhões ao longo do mês passado, ante R\$482 bilhões em maio.

Tá indo. De acordo com a empresa, além dos valores de cargas movimentadas no território brasileiro, também houve aumento na quantidade de transportes de mercadorias realizados: foram averbados (registros de cada movimentação de carga) 64 milhões de documentos, aumento de 7% em relação a maio, quando foram averbados 57 milhões de pedidos de transporte.

2020 x 2019. Também houve alta de 8,3% no valor total das cargas movimentadas na comparação com junho do ano passado, quando foram contabilizados R\$ 496 bilhões. O volume de documentos averbados cresceu 74,4% na mesma comparação. O balanço é feito a partir de notas fiscais e de documentos eletrônicos de Conhecimentos de Transportes (CT-es) informados diariamente no momento do embarque pelo transportador.

Retomada. Segundo Vagner Toledo, sócio fundador da AT&T, o crescimento tem se dado pela retomada das atividades de vários ramos da indústria e tem havido sinais de leve aquecimento no e-commerce, agronegócio, medicamentos, produtos de higiene e perfumaria e supermercados.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 21/07/2020

VENDA DE MINÉRIO DE FERRO PELA VALE NO 2º TRIMESTRE CAI 11,8%

A venda de minério de ferro pela Vale no segundo trimestre do ano caiu 11,8% para 54,615 milhões de toneladas, de acordo com o relatório de produção divulgado na noite da segunda-feira, 20. Em relação ao primeiro trimestre do ano houve um aumento de 5,7% nas vendas.

Nos primeiros seis meses do ano a venda de minério caiu 9,4% para um volume de 106,271 milhões de toneladas.

Em pelotas, ainda de abril a junho, o volume vendido caiu 21,4% na relação anual, para 6,950 milhões de toneladas.

Esse volume representa um recuo de 4,9% ante os três meses anteriores.

No primeiro semestre do ano a queda das vendas de pelotas foi de 32,6%, para 14,261 milhões de toneladas.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 21/07/2020

DECRETO CRIA COMISSÃO PARA TRATAR DO PLANO DE ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

Por Luci Ribeiro

Brasília - O governo federal decidiu criar um grupo interministerial para trabalhar na implementação da chamada economia de baixo carbono. Decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 21, institui a Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, que terá, entre outras competências, a tarefa de apoiar e orientar o governo em temas relacionados ao enfrentamento da mudança do clima pelo setor agropecuário brasileiro.

A decisão ocorre depois que um grupo de 17 ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central veio a público pressionar o governo por causa da questão ambiental. Na semana passada, o grupo divulgou uma carta cobrando ações para que o desmatamento, tanto da Amazônia quanto do cerrado, caia para zero. O documento também propôs diretrizes para o alcance da economia de baixo carbono, como o investimento em novas tecnologias e o aumento da cooperação internacional. Antes desse grupo, investidores estrangeiros e empresários brasileiros também já vinham cobrando mudanças na política ambiental do governo federal.

A comissão agora criada será composta por representantes dos ministérios da Agricultura, Economia, Ciência, Tecnologia e Inovações, Meio Ambiente, além de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura e Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

De acordo com o decreto, a comissão poderá convidar representantes de órgãos e entidades públicas e privadas e especialistas para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

O ato estabelece que o presidente da comissão será escolhido e designado pelo ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dentre os membros que compõem o grupo, que se reunirá em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário a pedido de quaisquer de seus membros.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 21/07/2020

CÂMARA APROVA PROJETO QUE SUSPENDE PAGAMENTOS DO MINHA CASA, MINHA VIDA

Por Emily Behnke - Brasília



https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/38/2020/02/10/chave-da-casa-propria-imovel-financiamento-imobiliario-1581355536750_v2_900x506.jpg

Parcelas "pausadas" deverão ser quitadas depois do prazo do financiamento original

Imagem: Getty Images/iStockphoto/FG Trade

Deputados aprovaram na noite desta segunda-feira, 20, projeto que permite suspender o pagamento de parcelas do programa Minha Casa, Minha Vida por 180

dias em função da pandemia da covid-19. O texto aprovado foi o substitutivo do deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ), que seguirá agora para a análise dos senadores.

A medida vale para os beneficiários da faixa 1, aqueles com renda familiar mensal até R\$ 1,8 mil, e que usaram no financiamento recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) ou do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

As parcelas "pausadas" deverão ser quitadas depois do prazo do financiamento original. Pelo projeto, contudo, o total de parcelas do programa que serão adiadas, a ser suportado pelo Tesouro Nacional, será limitado a R\$ 215,4 milhões.

A proposta também adia para dezembro de 2020 o vencimento da parcela anual de beneficiários com operações enquadradas no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 21/07/2020

Valor ECONÔMICO
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

POR ARTICULAÇÃO DE ALCOLUMBRE, CÂMARA AMPLIA ATUAÇÃO DA CODEVASF PARA AMAPÁ, RN E PB

Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília 21/07/2020 00h53 Atualizado

Numa articulação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira a inclusão de mais três Estados na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). O texto, que ainda passará pelo Senado, determina que o órgão poderá fazer obras no Rio Grande do Norte, Paraíba e no Amapá de Alcolumbre.

A proposta foi criticada por deputados dos 12 Estados que já estavam na zona de atuação do órgão federal. “Isso vai sucatear o atendimento. Vamos votar apenas para agradar o seu colega de partido, o presidente do Senado, para que tenha um órgão para atuar no Estado dele”, reclamou ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o deputado Hildo Rocha (MDB-MA).

Líder do Novo, o deputado Paulo Ganime (RJ) protestou que haveria aumento de gastos para o governo federal. “Estamos defendendo reduzir o número de empresas e cortar gastos e esse projeto está ampliando a máquina pública. Aí cria estrutura, superintendência, precisa de novos cargos. Daqui a pouco a Codevasf vai chegar ao Rio Grande do Sul”, ironizou.

Já o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), relator do projeto, acatou emendas de vários partidos para incorporar outras bacias na área de atuação da Codevasf, o que ampliou o apoio para outros partidos, como PT e PL. Para ele, é preciso levar iniciativas de revitalização de bacias hidrográficas e de oferta de água para outras regiões.

Com as mudanças, apenas Psol, PV e Novo foram contra o projeto.

Os deputados aprovaram também projeto de lei com medidas de auxílio a agricultores familiares durante a pandemia da covid-19 e autorização para que o governo renegocie, com desconto, dívidas de empréstimos rurais que tinham subsídio da União. O texto foi aprovado com apoio de quase todos os partidos, com exceção do Novo, e segue para análise do Senado Federal.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 21/07/2020

PORTO DE PARANAGUÁ EMBARCA VOLUME RECORDE DE FARELO DE SOJA EM UM ÚNICO NAVIO

Carga com 104,2 mil toneladas de farelo de soja terá a Holanda como destino

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo 21/07/2020 11h31 Atualizado

O porto de Paranaguá, no Paraná, está carregando esta semana um volume recorde de granel para um único navio. São 104,2 mil toneladas de farelo de soja para o navio E.R Bayonne, de bandeira da Libéria, atracado no berço 214. O destino é o porto de Amsterdã, na Holanda.

Conforme administração do porto, trata-se do maior volume de granel de exportação já movimentado pelo porto e o segundo a passar de 100 mil toneladas. O outro foi o navio Pacific South que, em junho, carregou pouco mais de 103 mil toneladas.

“O Porto de Paranaguá é um porto graneleiro, referência no mercado internacional e entre os exportadores brasileiros pela eficiência e pelo modelo único, adotado no Corredor de Exportação, que garante agilidade no embarque dos graneis. Esses fatores fazem com que, cada vez mais, embarques volumosos aconteçam por aqui”, afirma o diretor presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, em nota.

Segundo ele, a tendência é receber cada vez mais navios graneleiros de grande porte. “O Paraná já prepara o projeto de remodelação, modernização e repotenciamento do Corredor de Exportação, que permitirá que nossos portos sejam ainda mais competitivos”, afirma o presidente.

A embarcação chegou na madrugada de segunda-feira e começou a carregar pela manhã, apesar da névoa. A carga que começa a encher os porões do navio chega de três diferentes terminais: Cotriguaçu, Coamo e Silos Públicos (horizontais). São quatro operadores envolvidos no carregamento (Céu Azul, Gransol, Cotriguaçu e Coamo) e o granel vem de cinco exportadores: Agrária, Cocamar, Cargill, Coamo e ADM.

O E.R Bayonne mede 292 metros de comprimento e 45,05 metros de largura e tem nove porções (dois a mais que as embarcações que normalmente carregam graneis pelos portos do Paraná).

A operação no porto paranaense deve ser concluída até sexta-feira, data prevista para a saída do navio

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 21/07/2020

PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DA VALE SOBE 5,5% NO 2º TRIMESTRE; VENDA CAI

Por Ivan Ryngelblum, Valor — São Paulo 20/07/2020 21h22 Atualizado

A Vale informou que sua produção de minério de ferro no segundo trimestre somou 67,598 milhões de toneladas, um aumento de 5,5% na comparação com o segundo trimestre do ano passado. Já a produção de pelotas da companhia recuou 22% na mesma comparação, atingindo 7,071 milhões de toneladas.

A companhia informou no relatório de produção e vendas do segundo trimestre que a produção de junho ficou acima de 25 milhões de toneladas, apresentando aceleração ante os níveis de abril e maio, entrando em um período sazonalmente forte, com níveis mais baixos de chuva.

A Vale informou que a pandemia de covid-19 pesou na produção no segundo trimestre, com efeito negativo de 3,5 milhões de toneladas. Outros fatores que afetaram a produção no período foram eventos não recorrentes, como manutenção de correias transportadoras de longa distância no S11D, com um impacto negativo de 2,1 milhões de toneladas, e a parada prevista da mina de Fazendão em fevereiro, devido ao esgotamento da área de mineração licenciada.

A doença deve resultar em uma perda de produção de 9,8 milhões de toneladas, sendo 6,3 milhões de toneladas previstas para o segundo semestre. A queda é fruto da suspensão de 12 dias das operações no Complexo de Itabira, em Minas Gerais, o aumento do absenteísmo relacionado à quarentena nas operações do Sistema Norte e o adiamento de manutenções e retomada de operações, prejudicando o desempenho na segunda metade do ano.

“Perdas de volumes adicionais relacionadas ao absenteísmo pelos efeitos da covid-19 não podem ser completamente descartadas para os próximos trimestres. No entanto, os níveis de absenteísmo estão em dois terços de seu pico em abril, e existe um ‘buffer’ [proteção] importante para ajudar a mitigar esse risco”, diz trecho do relatório.

A Vale manteve a projeção para a produção de finos de minério de ferro na faixa de 310 milhões a 330 milhões de toneladas, assumindo que a extremidade inferior do intervalo “é o cenário mais provável”.

No caso das pelotas, a projeção foi revisada de 35 a 40 milhões de toneladas para de 30 a 35 milhões de toneladas, devido principalmente a ajustes de produção que refletem a disponibilidade de “pellet feed” em Itabira, ao adiamento da retomada da planta de pelotização de Vargem Grande para 2021 e à menor demanda do mercado.

A mineradora também informou que o volume de vendas de minério de ferro no segundo trimestre recuou 11,8% em relação ao mesmo período do ano passado, para 54,615 milhões de toneladas. As vendas de pelotas caíram 21,4%, para 6,950 milhões de toneladas.

O volume de vendas de finos de minério de ferro e pelotas, com um prêmio de US\$ 7,5 a tonelada, ficou 8% abaixo da produção, principalmente devido ao tempo de espera (“lead time”) de logística entre produção e vendas, com parte da produção do segundo trimestre em movimento para venda no próximo trimestre.

Já a produção de carvão da Vale registrou queda de 45,9% no segundo trimestre, na comparação com igual período do ano anterior, atingindo 1,283 milhão de toneladas. As vendas do produto também registraram baixa de 33,8% na mesma comparação, para 1,385 milhão de toneladas.

Segundo a Vale, os resultados foram afetados pela pandemia de covid-19, que resultou em uma perda de 1 milhão de toneladas de produção e queda na demanda internacional.

Devido à menor procura e após um recorde de produção de 15 meses em março, a capacidade de armazenamento de mina e porto atingiu seu limite. A produção parou temporariamente em junho, depois de ter desacelerado desde abril.

“Dadas as incertezas atuais, são possíveis outras interrupções temporárias da produção”, diz trecho do relatório. “Portanto, não é possível fornecer um novo guidance [projeção] de produção de carvão para 2020.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 21/07/2020

AEROPORTO DE CONGONHAS PASSA POR REFORMA EM AGOSTO; GOL E LATAM TRANSFEREM VOOS

Por Cibelle Bouças, Valor — São Paulo

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) concedeu hoje permissão para a realização de obras na pista principal do aeroporto de Congonhas, na capital paulista. A obra de recuperação do pavimento asfáltico da pista principal será realizada entre 5 de agosto e 5 de setembro, com investimento de R\$ 11,5 milhões da Infraero.

Durante as obras, o aeroporto vai operar apenas usando a pista auxiliar, que suporta apenas aviões de menor porte, como ATR-72 e Caravan, modelos usados pela Azul. A Gol e a Latam, que usam apenas aviões maiores, vão transferir os voos que partem de Congonhas para o aeroporto de Guarulhos nesse período.

A Gol opera neste mês a partir de Congonhas voos para Rio de Janeiro (pelo aeroporto Santos Dumont), Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Salvador e Recife. A Latam opera atualmente voos do aeroporto de Congonhas para Rio de Janeiro (Santos Dumont), Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e São José do Rio Preto (SP).



[https://s2.glbimg.com/r3AvZENURYa9ZAKuU8tqCO_IVel=/0x0:620x372/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/r/G/KVZLwIRSAg5hIjDhLQJQ/congonhas2.jpg](https://s2.glbimg.com/r3AvZENURYa9ZAKuU8tqCO_IVel=/0x0:620x372/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/r/G/KVZLwIRSAg5hIjDhLQJQ/congonhas2.jpg)

Aeroporto de Congonhas — Foto: Divulgação/Aeroporto de Congonhas

A Azul informou que, com o fechamento da pista principal do aeroporto, a empresa fará ajustes em sua malha e manterá as operações na pista auxiliar do aeroporto com

aviões ATR 72-600, com capacidade para até 70 passageiros.

A empresa vai operar 17 voos por dia para Rio de Janeiro (Santos Dumont), Belo Horizonte e Curitiba. O voo Congonhas-Santos Dumont, que hoje tem dois voos diários, passará a sete frequências diárias.

Os voos para Belo Horizonte passarão de dois para seis por dia. A rota Congonhas-Curitiba, que já foi operada pela Azul no ano passado, terá quatro ligações diárias.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 21/07/2020

ENGIE E FUNDO CDPQ PAGAM R\$ 1 BI PELOS 10% DA PETROBRAS NA TAG

Transação foi concluída ontem e financiada com capital próprio das partes

Por André Ramalho — Do Rio 21/07/2020 05h01 Atualizado



[https://s2.glbimg.com/SOX9cDqr35l8y0TgwzU5VVRGK6c=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/S/w/icEagtTPy34Ez29Se6yA/foto21emp-101-engie-b1.jpg](https://s2.glbimg.com/SOX9cDqr35l8y0TgwzU5VVRGK6c=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/S/w/icEagtTPy34Ez29Se6yA/foto21emp-101-engie-b1.jpg)

Presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr, conta que, ainda no mercado de gás, avalia oportunidades nas áreas de estocagem, biogás e geração de energia — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Após comprar 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG) da Petrobras, em junho de 2019, o consórcio formado pela Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) conclui ontem a aquisição dos 10% remanescentes da estatal no ativo, que reúne 4,5 mil quilômetros de gasodutos nas regiões Norte e Nordeste. A transação garantiu a entrada de R\$ 1,006 bilhão no caixa da petroleira brasileira.

Com o negócio, a Engie passa a deter 65% da TAG (divididos igualmente entre a Engie Brasil Energia e a GDF International) e o CDPQ, 35%. As duas empresas tinham o direito de preferência na aquisição, depois de terem pago, juntas, R\$ 33,5 bilhões pelos 90% da transportadora. Até ontem, a Engie detinha 58,5% e o fundo canadense outros 31,5% da TAG. A Petrobras, por sua vez, deixa por completo o ativo, como parte do compromisso assumido com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para sair integralmente do transporte de gás natural até 2021.

“A operação mostra que seguimos com o mesmo interesse em continuar investindo no Brasil, em infraestrutura. Mostra que, mesmo diante de uma pandemia, o apetite [do investidor] continua, basta ter oportunidade. Estamos, particularmente, animados com o mercado de gás, com o setor de iluminação pública, novos investimentos em renováveis”, disse o presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr, ao Valor.

O montante envolvido na transação, de R\$ 1 bilhão, foi financiado, dessa vez, apenas com capital próprio, na proporção da participação dos sócios. O grupo francês pagou R\$ 654,3 milhões e o CDPQ R\$ 352,3 milhões. A compra dos 90% da transportadora foi estruturada com 30% de capital próprio e 70% de financiamento junto a um pool de bancos (Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Credit Agricole, BNP Paribas, ING, Mitsubishi, Mitsui, Société Générale, Sumitomo e Banco Mizuho do Brasil).

Segundo Bähr, as cifras envolvidas estão em linha, proporcionalmente, com o valor desembolsado com capital próprio na primeira operação, em 2019. Além do pagarem R\$ 1 bilhão à Petrobras, a Engie e CDPQ assumiram os 10% proporcionais da estatal no endividamento da TAG - na estruturação da negociação dos 90% da transportadora, em 2019, os bancos tomaram o fluxo de caixa da própria empresa de gás como garantia e a dívida levantada na ocasião (R\$ 24 bilhões) foi incorporada pela TAG.

A transportadora representa, para a Engie, sua porta de entrada no mercado brasileiro de gás. Bähr disse que continua monitorando oportunidades no setor, como na estocagem, biogás e termelétricas. Questionado se tem interesse na compra da Gaspetro, à venda pela Petrobras, o executivo afirmou que chegou a cogitar investimentos em distribuição, no passado, mas que questões regulatórias “inibiram o desejo”. Ele citou que, no Brasil, há restrições para que empresas atuem ao mesmo tempo na transmissão de energia e distribuição de gás. O executivo destacou, porém, que “acompanha com atenção” a venda da Gaspetro, uma vez que concessões estaduais de gás são clientes potenciais da TAG.

O diretor-presidente da TAG, Gustavo Labanca, por sua vez, conta que o primeiro ano da Engie à frente da transportadora foi voltado, sobretudo, para a formação da estrutura organizacional da empresa, que conta hoje com cerca de 80 profissionais. “A TAG não tinha quadro próprio. Estamos agora nos preparando para a abertura do mercado e para sermos os operadores da malha daqui a dois anos”, comentou o executivo, em referência ao acordo de transição segundo o qual a Transpetro se responsabilizou pela operação dos gasodutos da TAG por três anos.

Labanca conta ainda que tem mantido conversas com Petrobras e Agência Nacional do Petróleo (ANP) para definir a capacidade disponível nos gasodutos, para ofertá-la ao mercado. Ainda não há, contudo, um cronograma para a chamada pública que contratará a capacidade da rede da TAG.

O executivo disse ainda que tem planos de fazer pequenos ramais. Um dos projetos avaliados com a ANP é conectar o terminal de gás natural liquefeito (GNL) de Sergipe à malha nacional. “Já grandes expansões vão depender do crescimento do mercado”, comentou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 21/07/2020

FATURAMENTO DAS MINERADORAS CHEGA A R\$ 39 BI NO 2º TRIMESTRE, DIZ IBRAM

A produção de minério de ferro rendeu às empresas uma receita de R\$ 23,28 bilhões o que representou 59,3% do total

Por Ana Paula Machado, Valor — São Paulo

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) informou hoje que o faturamento das mineradoras chegou a R\$ 39 bilhões no segundo trimestre. De acordo com a entidade, a produção de minério de ferro rendeu às empresas uma receita de R\$ 23,28 bilhões o que representou 59,3% do total.

“Os dois maiores produtos minerais do país são o minério de ferro e o ouro, os dois juntos representam 81% da receita. O ouro é um ativo seguro e muito procurado pelos investidores em tempos de crise”, disse Flávio Penido, presidente do Ibram.

Segundo dados da entidade, o faturamento com a produção de ouro chegou a R\$ 5,37 bilhões e uma participação de 13,7% no total.

Em termos de estados, Pará e Minas Gerais representaram 81% do faturamento no segundo trimestre deste ano. A produção no Pará gerou uma receita de R\$ 16,77 bilhões, o que representou 42,7%. Já em Minas Gerais, a produção mineral representou 37,6%, gerando R\$ 14,75 bilhões.

“92% do faturamento são gerados por seis estados mineradores, Pará, Minas Gerais, Bahia, Goiás, São Paulo e Mato Grosso. Mas, a maior receita vem do Pará e de Minas Gerais, que juntos representam 81% do total.”

O presidente executivo do Ibram, Wilson Brumer, disse que para 2020, em razão da pandemia, o faturamento não deverá ser “muito diferente” do que se arrecadou no ano passado. “A China está voltando e deve compensar a queda durante os meses críticos da pandemia”, disse Brumer.

Segundo dados do Ibram, as exportações de minério de ferro alcançaram US\$ 4,85 bilhões no segundo trimestre, 76,61 milhões de toneladas, queda de 5,3% e 3,3%, respectivamente, ante o mesmo período do ano passado, quando as vendas externas somaram US\$ 5,12 bilhões e 78,19 milhões de toneladas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 21/07/2020

EMBRAPA E APEX FIRMAM ACORDO PARA PROMOVER AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO EXTERIOR

Parceria pode ajudar na captação de recursos internacionais para financiar pesquisas
Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) assinaram nesta terça-feira (21) acordos de cooperação para a promoção de ações conjuntas no exterior.

O objetivo é aumentar a competitividade do agronegócio e a inserção nas cadeias globais de valor, principalmente com a atração de investimentos na área de tecnologia.

Para o presidente da Embrapa, Celso Moretti, a parceria vai impulsionar a captação de recursos internacionais para financiar a pesquisa brasileira e a sair da dependência do orçamento do Tesouro Nacional.

“Vai permitir o acesso a mercados e investidores, possibilitando a vinda de recursos e investimentos maiores e mais robustos para o Brasil. A parceria vai nos dar musculatura e maior capacidade para buscar esses recursos externos”, disse Moretti.

Para a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a iniciativa pode ajudar a melhorar a imagem do agronegócio brasileiro no exterior.

De acordo com a Embrapa, o acordo facilitará a promoção de ações junto à startups que usam tecnologia da empresa, a atração de investimentos para pesquisa e desenvolvimento, o compartilhamento de estruturas das duas instituições no exterior e cooperação e inteligência estratégica em prol do desenvolvimento produtivo do agronegócio.

Um dos acordos prevê cooperação técnica para atração de investimentos na área de inovação. Os objetivos são identificar demandas por tecnologia e oportunidades de empreendimentos no agronegócio nacional e buscar investidores estratégicos dos principais mercados do mundo para direcionar a esses projetos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 21/07/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

GUEDES ENTREGA HOJE AO CONGRESSO PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA

Crédito: José Cruz/Agência Brasil



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/07/paulo-guedes-jose-cruz-1-768x432.jpg>

O ministro da Economia, Paulo Guedes: “Temos que começar pelo que nos une. Vamos começar com o IVA dual. Vamos acabar com o PIS e a Cofins. Isso já está na Casa Civil” (Crédito: José Cruz/Agência Brasil)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, entrega ao Congresso Nacional na tarde de hoje (21) a proposta de reforma tributária. O texto será entregue aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, às 14h30, no Congresso Nacional.

No último dia 16, o ministro disse que será entregue hoje a primeira parte da proposta de reforma tributária. Em transmissão ao vivo promovida por uma corretora, ele informou que pretende ir à

casa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), entregar uma versão fatiada do texto sem o imposto sobre pagamentos eletrônicos, que ficaria para uma segunda etapa.

Reforma

Segundo Paulo Guedes, a primeira parte da proposta do governo sobre a reforma tratará apenas a unificação de impostos federais e estaduais num futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. O texto do governo será unificado às propostas da Câmara e do Senado que tramitam na comissão mista desde o início do ano.

O IVA dual prevê a unificação de diversos tributos em dois impostos: um federal e outro regional. Em tese, tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) poderiam ser unificados, mas o ministro explicou que, no nível federal, o IVA fundirá o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

ICMS

“Temos que começar pelo que nos une. Vamos começar com o IVA dual. Vamos acabar com o PIS e a Cofins. Isso já está na Casa Civil”, disse o ministro. Ele não explicou o que será feito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados, e do Imposto sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 21/07/2020



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

PORTO DO PECÉM BATE RECORDE DE EMBARQUE DE PLACAS DE AÇO EM 24H

Escrito por Felipe Gurgel, felipe.gurgel@svm.Com.br 23:00 / 20 de Julho de 2020.

Terminal atingiu a marca de mais de 34 mil toneladas de placas embarcadas em um único dia, o que traduz em aumento da produtividade do porto. Movimentação da carga avançou 25,6% na passagem de maio para junho



[https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/image/contentid/policy:1.2968441:1595291027/Pecem.jpg?f=16x9&\\$p\\$f=dee5b19](https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/image/contentid/policy:1.2968441:1595291027/Pecem.jpg?f=16x9&pf=dee5b19)

O Porto do Pecém (CE) alcançou um novo recorde na operação de embarque de placas de aço. Com o material produzido pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), o terminal movimentou 34.169 toneladas da carga em 24 horas. No último sábado (18), a embarcação Mv Tong Da desatracou do Pecém em direção à China, carregado pelas placas, aonde deve chegar dia 25 de agosto.

Segundo Waldir Sampaio, diretor executivo de operações do Complexo do Pecém, a marca sinaliza a superação da capacidade operacional do Porto, tendo em vista que o contrato prevê o transporte de 10 a 12 mil toneladas de placas por dia. No próximo mês de agosto, acrescenta Sampaio, o Porto do Pecém completa quatro anos de trabalho com a exportação das placas feitas na CSP.

O recorde envolveu duas prestadoras de serviço operacionais do Porto: Tecer Terminais e a Unilink Transportes Integrados. Para Carlos Alberto Nunes, gerente comercial da Tecer, a marca demonstra que, com esse aumento de produtividade, há melhor uso da estrutura portuária.

"Quanto você aumenta seus níveis de produção, pressiona menos essa estrutura. Facilita pra empresa que embarca o navio, disponibiliza menos equipamentos e, para o Porto do Pecém, maximiza a disponibilidade de berço para outros clientes (embarcações)", explica Nunes. Ele observa como esse movimento influencia na articulação do número de instalações portuárias.

"Questão da produtividade nos portos é importante por isso", reforça. Nunes coloca que outros dois fatores influenciaram no alcance da marca: articulação na negociação do plano de transporte e o navio era do tipo "box" - com menor necessidade de trabalho de manuseio dentro da embarcação.

A movimentação específica desse tipo de carga cresceu 25,6%, de maio para junho, segundo levantamento divulgado pelo Porto do Pecém. "A Siderúrgica deu uma queda pequena de produção, de março pra abril, retomou em maio, e em junho voltou com a carga total - vimos por esse aumento com as placas", contextualiza Waldir Sampaio.

Pandemia

Diante dos efeitos da crise do novo coronavírus, Sampaio não nega que o Porto tenha sido afetado pela crise, mas reforça que as operações "seguem normalmente". O diretor situa que o equipamento é "indispensável para o Governo do Estado" no abastecimento de alimentos, medicamentos e produtos hospitalares, dentre outras cargas.

"O Porto do Pecém não parou em nenhum momento nessa pandemia. Não poderíamos prejudicar o abastecimento do Estado. Fomos afetados sim, já que quando uma fábrica para de produzir, os portos e aeroportos, que movimentam as cargas, também sofrem com a queda", esclarece.

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data : 21/07/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

WILHELMSSEN E MPC CAPITAL UNEM FORÇAS NO GERENCIAMENTO TÉCNICO DE NAVIOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 21/07/2020 - 20:22



[https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200721-](https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200721-wilhelmsen.jpg)

[wilhelmsen.jpg](https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200721-wilhelmsen.jpg)

Na foto, Christian Rychly (na tela; esquerda), diretor administrativo da MPC Capital - em Hamburgo, e Carl Schou, CEO e presidente da Wilhelmsen Ship Management - em Cingapura

A Wilhelmsen Ship Management, fornecedora de serviços de gerenciamento de navios de terceiros com sede em Cingapura, e a gerente de ativos e investimentos de Hamburgo MPC Capital AG concordaram em combinar suas atividades no gerenciamento técnico de navios porta-contêineres. Para esse fim, a Wilhelmsen adquire uma participação de 50% na Ahrenkiel Steamship GmbH & Co KG, empresa de gerenciamento de navios porta-contêineres da MPC Capital.

No futuro, a joint venture operará sob a marca "Wilhelmsen Ahrenkiel Ship Management". A empresa continuará operando em Hamburgo e Rhon, enquanto suportada pela rede global da Wilhelmsen. Com cerca de 100 funcionários, a nova empresa gerenciará uma frota de 72 navios porta-contêineres, com capacidade de 1.000 a 3.000 TEUs.

O fechamento da transação ainda está sujeito à aprovação da autoridade antitruste.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/07/2020

MP-945: FENOP É CONTRA EXTINÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO A FUNDO DE TREINAMENTO DEFENDIDA POR RELATOR

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 21/07/2020 - 20:17



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170118-porto-de-santos-ambiental-22.jpg>

Arquivo

Fenop defende a suspensão temporária do pagamento ao FDEPM em razão da pandemia do novo coronavírus.

O parecer do relator da MP 945/2020, o deputado federal Felipe Francischini (PSL/PR), divulgado nesta terça-feira (21), atendeu em parte as mudanças defendidas pelas entidades empresariais e laborais do setor portuário. De acordo com o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, ainda há um ponto preocupante no parecer, o Artigo 13º, que propõe a extinção das contribuições ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM). A Fenop defende a suspensão temporária do pagamento ao Fundo em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

A MP institui medidas temporárias em resposta à pandemia, com o objetivo de garantir a continuidade das operações portuárias, que foram consideradas atividades essenciais durante a crise.

A federação propõe que seja suspenso o pagamento das empresas ao FDEPM até dezembro de 2021. Segundo Aquino, a suspensão temporária não irá prejudicar o treinamento dos trabalhadores do setor de portos, tendo em vista que existe recurso suficiente no fundo capaz de atender às necessidades de qualificação por este período. Ele informou que recebeu o parecer do relator durante uma videoconferência na qual participavam a Marinha do Brasil e a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e que, naquele momento, ambas também demonstraram discordância a respeito desse posicionamento do relator. Aquino disse que já encaminhou ao deputado o pedido de alteração deste artigo.

Apesar de divergir sobre este aspecto do parecer, ele destacou que o relator atendeu outras reivindicações importantes da Fenop e demais entidades do setor. Uma delas foi a desburocratização a respeito do ressarcimento às autoridades portuárias, em relação aos valores envolvidos com os pagamentos aos trabalhadores afastados devido à pandemia. Outro aspecto positivo do parecer, segundo Aquino, foi a inserção na MP do artigo sobre o Reporto, que não estava presente na versão original da medida.

Porém, outra defesa da Fenop sobre transformar o afastamento dos trabalhadores avulsos (TPAs), com idade a partir de 60 anos, opcional, segundo a condição de saúde a ser avaliada por atestado médico, não foi atendida no parecer. De acordo com Aquino, o relator optou por elevar a idade para 65 anos, mas mantendo a obrigatoriedade do afastamento. Embora a federação não considere essa leitura do relator como a melhor saída, ele afirmou que respeita o entendimento do deputado e acredita que não seja algo que vá trazer “graves riscos”, frisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

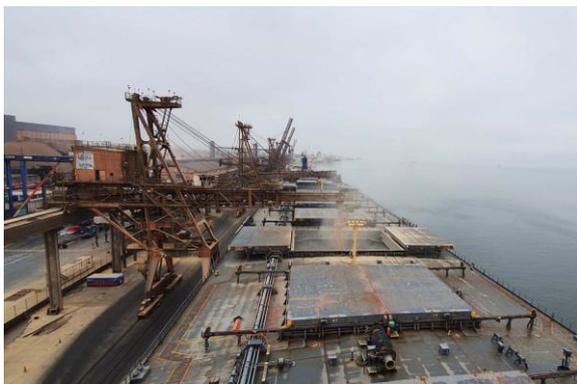
Data: 21/07/2020

PORTO DE PARANAGUÁ EMBARCA VOLUME RECORDE DE FARELO EM UM ÚNICO NAVIO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 21/07/2020 - 20:12

Um novo embarque recorde está sendo realizado no Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá, nesta semana. No berço 214, o navio E.R Bayonne carrega 104,2 mil toneladas de farelo de soja. Este é o maior volume de granel de exportação já movimentado pelo porto.

É o segundo carregamento do ano, e da história, que passa das cem mil toneladas. O outro foi o navio Pacific South que, em junho, carregou pouco mais de 103 mil toneladas.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200721-porto-de-paranagua-navio-e-r-bayonne-graneleiro.jpg>

“O Porto de Paranaguá é um porto graneleiro, referência no mercado internacional e entre os exportadores brasileiros pela eficiência e pelo modelo único, adotado no Corredor de Exportação, que garante agilidade no embarque dos graneis. Esses fatores fazem com que, cada vez mais, embarques volumosos aconteçam por aqui”, afirma o diretor presidente da Portos do Paraná, Luiz

Fernando Garcia.

Segundo ele, a tendência é receber cada vez mais navios graneleiros de grande porte. “O Paraná já prepara o projeto de remodelação, modernização e repotenciamento do Corredor de Exportação, que permitirá que nossos portos sejam ainda mais competitivos”, afirma o presidente.

GIGANTE - A embarcação chegou na madrugada desta segunda-feira (20) e começou a carregar pela manhã, apesar da névoa. A carga que começa a encher os porões do navio chega de três diferentes terminais: Cotriguaçu, Coamo e Silos Públicos (horizontais). São quatro operadores envolvidos no carregamento (Céu Azul, Gransol, Cotriguaçu e Coamo) e o granel vem de cinco exportadores: Agrária, Cocamar, Cargill, Coamo e ADM.

O E.R Bayonne tem bandeira da Libéria. Assim como o Pacific South que, em junho, carregou pouco mais de 103 mil toneladas, este navio também mede 292 metros de comprimento e 45,05 metros de largura e tem nove porões (dois a mais que as embarcações que normalmente carregam graneis pelos portos do Paraná).

GRANDE PORTE - O farelo de soja carregado em Paranaguá será levado para o porto de Amsterdã, na Holanda. A operação no porto paranaense deve ser concluída até sexta-feira (24), data prevista para a saída do navio.

O diretor de operações da Portos do Paraná, Luiz Teixeira da Silva Júnior, afirma que os portos paranaenses estão preparados em infraestrutura marítima e terrestre para receber e operar grandes embarcações e grandes volumes de carga. “Estamos atentos a esse mercado dos navios de grande porte e fazemos todos os ajustes operacionais, nos berços, para recebê-los”, garante.

Segundo Teixeira, esse tipo de super navio geralmente não opera direto, como é feito comumente com as embarcações de até 225 metros. “Este tipo de navio, devido ao tamanho, precisa fazer o giro para carregar, o que demanda mais tempo de atracação. Em contrapartida, levam duas vezes a quantidade de carga de uma embarcação que temos com mais frequência (de 65 mil toneladas)”, completa.

“A vinda desse segundo navio indica uma tendência de mercado. Se o mercado aponta para esse tipo de navio de maior porte, o Porto de Paranaguá deve evoluir e construir as condições necessárias, de infraestrutura marítima, terrestre e armazenagem, para atender”, diz Teixeira.

De acordo com ele, o frete por tonelada, usado em embarques volumosos, deixa o produto exportado por Paranaguá ainda mais competitivo. “Paranaguá tem uma história na movimentação do farelo de soja, devido às fábricas instaladas na área de influência, que aumentam a demanda. Temos força e tradição no carregamento do produto”, conclui. Atualmente, o Porto de Paranaguá é o segundo do país na exportação de farelo de soja.

OPERADORES – De acordo com o diretor da Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá (Atexp), André Maragliano, esse segundo embarque de grande porte é resultado dos investimentos da empresa pública e do desempenho que o segmento dos grãos de exportação vem alcançando este ano, mês após mês.

Ele cita o reforço dos berços, ampliação do calado (hoje de 12,5 metros), troca dos shiploaders. “Hoje estamos captando o resultado desses investimentos. Além disso, temos as regras de atracação que foram alteradas, na busca por maior eficiência e, com isso, reduziram os tempos e os pagamentos em demurrage (sobrestadia). Isso melhorou muito a atratividade do Porto de Paranaguá”, destaca.

Segundo Maragliano, outro fator que colabora para a demanda seria o volume de exportação de origem (principalmente do Paraná), que cresceu com a boa safra colhida e as condições atuais de mercado, como câmbio e preço.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/07/2020

RUMO E CARAMURU ALIMENTOS ANUNCIAM TERMINAL DA NORTE-SUL EM SÃO SIMÃO (GO)

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 21/07/2020 - 20:07



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200721-caramuru.jpg>

Divulgação / Caramuru Alimentos

As empresas Rumo e Caramuru Alimentos firmaram nova parceria e vão investir R\$ 80 milhões na construção de um terminal de transbordo rodoferroviário para transporte multimodal de cargas, interligado à Ferrovia Norte-Sul, em São Simão (GO).

Segundo as empresas, o terminal poderá movimentar mais de 5,5 milhões de toneladas por ano de soja, milho e farelo de soja, o que equivale a mais de 80 mil caminhões por ano. As duas empresas já são parceiras no terminal no Porto de Santos (SP).

O anúncio foi realizado nesta terça-feira (21) no Palácio das Esmeraldas, sede do governo de Goiás. “Nós teremos a capacidade, junto com o transporte rodoviário, de fazer com que grãos e produtos industrializados possam chegar ao Porto de Santos com preço competitivo para o setor produtivo goiano”, afirmou o governador Ronaldo Caiado.

O novo terminal rodoferroviário receberá cargas de Goiás, Mato Grosso e Triângulo Mineiro. Deve começar a operar no primeiro semestre de 2021, com capacidade estática de 42 mil toneladas, dividida em seis silos, descarga rodoviária de 850 toneladas/hora (20 mil toneladas/dia) e carregamento ferroviário de 3 mil toneladas/hora. Deve gerar 290 empregos diretos e 1 mil indiretos no período de obras, mais 90 empregos diretos definitivos quando o terminal estiver em operação.

O presidente do Conselho de Administração da Caramuru Alimentos, Alberto Borges de Souza, afirmou que o empreendimento está entre os três maiores terminais do interior do Brasil, que vai ligar rodovias à ferrovia e ao Porto de Santos. “Essa operação é altamente competitiva, uma vez que em São Simão já existe ferrovia operando e os dois sistemas de transportes mais competitivos, mais baratos, são a hidrovia e a ferrovia”, explicou.

Segundo o empresário, o terminal foi posicionado nas proximidades de uma fábrica da Caramuru já implantada que atualmente opera com hidrovia e que com o terminal vai operar também com a ferrovia. Alberto ressaltou que o novo terminal de transbordo rodoferroviário estará aberto à prestação de serviços a todas as empresas que tiverem interesse e escala para direcionar a produção para o Porto de Santos.

Para o diretor-comercial da Rumo Logística, Pedro Palma, o novo terminal amplia a competitividade do agronegócio da região. “Essa é uma operação que vai, sem dúvida alguma, valorizar a produção do agricultor e de todo agronegócio de Goiás. E também de toda a região do Sudoeste de Goiás com geração de emprego e renda. Sem dúvida alguma, ajudará no desenvolvimento não só do Estado, mas de todo o País”, disse ele. **Fonte: Globo Rural**

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/07/2020

PETROBRAS APRESENTA SÓLIDO DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2020

Da Redação OFFSHORE 21/07/2020 - 19:51

A Petrobras enfrentou, no segundo trimestre deste ano, uma crise sem precedentes na indústria, com queda acentuada no valor do Brent, forte diminuição de demanda e excedente de produtos no mercado. Mesmo nesse contexto desafiador, a companhia apresentou um sólido desempenho operacional no período, tendo reagido rapidamente aos desafios impostos pela pandemia e a recessão global.

A produção média de óleo e gás natural foi de 2,802 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), 6,4% maior do que a registrada no mesmo período no ano passado e ficou apenas 3,7% abaixo em comparação ao primeiro período deste ano.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/160831-plataforma-pre-sal.jpg>

A Petrobras enfrentou, no segundo trimestre deste ano, uma crise sem precedentes na indústria, com queda acentuada no valor do Brent, forte diminuição de demanda e excedente de produtos no mercado. Mesmo nesse contexto desafiador, a companhia apresentou um sólido desempenho operacional no período, tendo reagido rapidamente aos desafios impostos pela pandemia e a recessão global.

A produção média de óleo e gás natural foi de 2,802 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed),

6,4% maior do que a registrada no mesmo período no ano passado e ficou apenas 3,7% abaixo em comparação ao primeiro período deste ano.

No mês de abril, iniciativas integradas de logística e marketing permitiram o crescimento das exportações, o que compensou a redução da demanda doméstica por combustíveis. Com essas iniciativas, a Petrobras alcançou recorde de exportação de petróleo, atingindo a marca de 1 milhão de barris por dia.

No refino, a produção foi significativamente impactada pela redução da demanda, principalmente em abril, quando fator de utilização (FUT) chegou a 59%. A recuperação gradual do consumo interno e a exportação de bunker e óleo combustível permitiram que o FUT do refino retornasse aos patamares anteriores à pandemia, alcançando 74% e 78%, nos meses de maio e junho, respectivamente. A exportação de derivados também subiu 22% em relação ao trimestre anterior.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/07/2020



SETOR DE NAVIPEÇAS ATENTO A PROPOSTAS DE REDIRECIONAMENTO DO FMM PARA DEFINIR ATUAÇÃO

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 21/07/2020 - 19:42

<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180225-estaleiro-trabalho-equipamento-conteudo-local.jpg>

Empresas entendem que segmento não pode abrir mão desses recursos, principal linha de financiamento para projetos navais e offshore.

Fornecedores de navieças, assim como estaleiros e demais agentes da indústria naval, estão acompanhando as propostas no Congresso que podem resultar em diminuição ou contingenciamento dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). Representantes da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) aguardam a designação do relator para atuar em defesa da manutenção desse fundo. A associação entende que o setor não pode abrir mão desses recursos, pois grande parte dos valores destinados a projetos do setor naval se reflete nos associados que integram a câmara setorial de equipamentos navais e offshore (CSENO).

Atualmente, tramita no Congresso, o projeto de lei complementar que cria fonte de recursos para o enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de Pandemia da Covid-19 a partir de saldos de diversos fundos públicos, entre eles o FMM. O PLC 137/2020 é de autoria dos deputados Mauro Benevides e André Figueiredo Filho, ambos do PDT-CE. Como está associado a direcionar recursos para combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o projeto tem prioridade de tramitação.

Agentes do setor buscam interlocutores para minimizar as perdas, caso esse projeto seja aprovado. Recentemente, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) manifestou a importância da preservação de, ao menos, 50% dos recursos do FMM para que seja assegurada a continuidade dos projetos em execução aprovados pelo conselho diretor do fundo (CDFMM) e para futuros projetos que já estão na pauta do conselho para deliberação em 2020.

A Abimaq também pretende, num segundo momento, retomar um pleito antigo, para que parte do crédito proveniente do FMM possa ser alocada diretamente nas navieças. “Esse dinheiro está sendo represado no armador e no estaleiro, não está migrando para indústria. O navio não é só casco, tem quantidade enorme de equipamentos”, disse o diretor-executivo de petróleo, gás natural, bioenergia e petroquímica da Abimaq, Alberto Machado, durante reunião da CSENO, na semana passada. Ele considerou que, através do FMM, o estaleiro costuma encontrar condições mais vantajosas do que os vendedores de navieças.

O presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena), Luis de Mattos, que participou da reunião, explicou que os fabricantes, por lei, também têm direito a pleitear prioridade do FMM. Se um fabricante nacional quer desenvolver um projeto relacionado à indústria naval, por exemplo, ele pode pleitear no conselho do FMM, junto a pedidos de prioridades de estaleiros e empresas de navegação. Mattos entende que, pelas regras vigentes, mesmo empresas de serviços podem entrar com esse tipo de solicitação se tiverem um projeto inovador relacionado à indústria.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/07/2020

A NOVA REALIDADE DA LOGÍSTICA MUNDIAL

Por Alessandra de Paula OPINIÃO 21/07/2020 - 16:21



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/181015-tcp-terminal-de-containers-de-paranagua-logistica-armazem-armazenagem.jpg>

Desde o final de 2019 o mundo vinha acompanhando a escalada da epidemia do novo coronavírus na Ásia. Grande parte da população mundial, bem como setores produtivos, se preparavam para

mudanças que se desenhavam em um horizonte próximo, mas ainda desconhecido. Com o início de 2020 veio a escalada do vírus e, com ela, seus impactos em setores diversos da vida em sociedade, principalmente no setor industrial e, por consequência, nos processos logísticos.

Quando se menciona a China, o que sabemos é que se trata nada menos que o maior importador e exportador mundial. Para o Brasil, esse país asiático representa o maior mercado parceiro para compras e vendas, o que nos torna profundamente ligados (e dependentes) dessa relação, conforme o MDIC. Diversos países do mundo possuem seus setores econômicos abastecidos por matérias-primas importadas da China, o que certamente impacta toda a cadeia de suprimentos envolvida no processo.

A China é considerada base produtiva e, dessa forma, pode afetar de forma drástica os processos logísticos em diversos polos industriais como, por exemplo, os setores que dependem do fornecimento de matérias-primas, peças para montagem de produtos diversos, itens de tecnologia (acabados e semiacabados), peças automotivas, produtos têxteis e até mesmo alimentos. Todo esse impacto na importação e exportação poderá chegar às gôndolas sob a forma de aumento dos custos e conseqüente aumento de preços. Isso porque, conforme mencionado, em alguns setores, como no setor automobilístico, a demora na entrega de peças automotivas pode ocasionar atraso nas linhas de produção e até a sua paralisação o que, sem dúvida, acarreta mais efeitos danosos à economia de forma direta e indireta, tais como: aumento dos preços, diminuição da mão de obra no setor de entregas, queda na demanda de clientes em algumas rotas inviáveis financeiramente que, por sua vez, se traduz pelas dificuldades na execução das entregas e atendimento dos pedidos.

Nesse cenário, o mundo inteiro será impactado, mas os grandes e-commerces chineses já sentiram o impacto em suas vendas. É o caso do AliExpress, Alibaba e Wish que sentiram suas vendas decrescerem em virtude do medo da contaminação através dos pacotes entregues nos mais diversos cantos do mundo. O que muda nesse contexto?

As empresas precisarão se adequar à nova realidade, fazendo um trabalho preventivo, pois sua capacidade de funcionamento pode ser profundamente afetada se considerarmos o risco de contaminação em centros de distribuição que, muitas vezes, operam com um efetivo que gira em torno de 250 a 300 colaboradores diretos, em ambientes fechados, além dos colaboradores indiretos envolvidos no processo de distribuição.

Os aspectos de mudança no setor logístico vêm sendo sentidos, principalmente, nas dinâmicas do mercado uma vez que, enquanto alguns setores sentem uma profunda diminuição nas vendas, outros estão passando por um momento que os profissionais têm chamado de efeito “Black Friday”, pois os e-commerces estão sendo sobrecarregados em níveis que ainda não estavam preparados para esta época do ano. Houve um aumento significativo na venda de descartáveis como máscaras e luvas, assim como álcool gel, desinfetantes e protetores em geral. O aumento das vendas em supermercados e farmácias, que se tornaram as bases do isolamento social, em uma época em que o abre e fecha do comércio se torna uma rotina, apontou também, para esses estabelecimentos, a necessidade de uma reorganização logística e de TI, buscando adaptação aos novos tempos e demandas.

Com tudo o que estamos vivendo, o profissional de logística, mais do que nunca, terá que estar preparado de forma mais eficaz para o que é considerado um dos aspectos mais problemáticos do planejamento logístico, as flutuações sazonais do mercado mundial. O profissional de logística, terá que se manter cada vez mais informado, deverá analisar as dinâmicas do seu setor para, dessa forma, se preparar e se planejar de forma consistente, mantendo seu provisionamento em níveis adequados às demandas. Deve, também, haver especial atenção ao cliente, às suas necessidades, de forma transparente, mantendo sempre o fluxo de informações. Não se pode esquecer a necessidade de uma busca constante pelos melhores processos de higienização para proteger toda a cadeia de suprimentos, desde os fornecedores até o cliente final e a logística reversa. Por fim, deve-se considerar o protagonismo, agora, do e-commerce, adiantado pelas necessidades de isolamento social, bem como toda a evolução decorrente, como os mecanismos alternativos de entrega.

Considerando-se o aspecto mais crítico de toda essa pandemia, as sazonalidades típicas da logística possuem datas específicas, o que sempre permitiu aos setores tempo de organização e planejamento. Já a pandemia da COVID-19 é também um problema sazonal, temporário, onde não se tem previsão de término, gerado por um fenômeno externo, com impacto direto nas atividades econômicas.

Assim, algo que fica muito evidente, em todo esse cenário, é a necessidade de flexibilidade, resiliência e principalmente foco para o gestor de logística.

Alessandra de Paula Alessandra de Paula é coordenadora dos cursos de Logística e E-commerce e Sistemas Logísticos do Centro Universitário Internacional Uninter

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/07/2020

MARCELO SAMPAIO AFIRMA QUE CDRJ TAMBÉM DEVERÁ SER DESESTATIZADA

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 20/07/2020 - 20:35

O secretário executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, anunciou, nesta segunda-feira (20), a possibilidade de que a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) também seja desestatizada. Segundo ele, este é um caminho que vem sendo construído pelo setor portuário ao longo dos anos. Atualmente está prevista a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e do Santos Port Authority (SPA). A afirmação do secretário foi feita durante evento online em comemoração aos 110 anos de existência do Porto do Rio de Janeiro.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200216-porto-do-rio-de-janeiro.jpg>

Arquivo

De acordo com Sampaio, a Autoridade Portuária já está preparando a companhia para “este momento próximo”.

O secretário executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, anunciou, nesta segunda-feira (20), a possibilidade de que a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) também seja desestatizada. Segundo ele, este é um caminho que vem sendo construído pelo setor portuário ao

longo dos anos. Atualmente está prevista a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e do Santos Port Authority (SPA). A afirmação do secretário foi feita durante evento online em comemoração aos 110 anos de existência do Porto do Rio de Janeiro.

Sampaio afirmou que a companhia, sob a atual direção do Almirante Francisco Antonio de Magalhães Laranjeiras, já vem fazendo um trabalho de preparar a empresa “para este momento próximo”. Ele disse que a desestatização da Codesa, que deve acontecer próximo ano, irá servir para testar o modelo. De acordo como ele, esse foi o motivo pelo qual o governo escolheu uma companhia menor e mais simples para observar como o modelo se comporta. “Em todos os setores os modelos de concessões passam por amadurecimento”, frisou.

O diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias da Secretaria Nacional de Portos, Dino Antunes, que também esteve presente ao evento, revelou que a discussão sobre a desestatização dos ativos portuários vem acontecendo há muito anos no país. Porém, segundo ele, existem ainda vários desafios envolvidos nesse processo que exigem conversa constante com todos os que fazem parte da comunidade portuária. Ele destacou que na secretaria vem sendo pensado o modelo de desestatização que seja mais eficiente para o porto, mais competitivo e que, assim, gere mais postos de trabalho.

Também presente à videoconferência, o presidente no Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro (Setem-RJ), Ernani Duarte, criticou o projeto do governo de desestatização do setor

portuário. Segundo ele, a boa gestão que vem sendo realizada tanto na CDRJ, como no Porto de Santos e Vitória, e deveria servir como comprovação de que basta colocar pessoas certas no comando das companhias e estabelecer uma boa política administrativa para que não seja necessária a desestatização. Além disso, ele entende que o importante é reavaliar alguns aspectos, como o marco regulatório, para possibilitar maior competitividade e uma concorrência saudável entre os portos.

“Não sei se entendemos bem sobre o modelo de privatização que vem sendo colocado pelo governo. Parece que é um modelo diferente de grande parte do mundo. Então eu acho que a gente precisa discutir como evitar que uma carga perpassse o Rio e vá para um concorrente; por que há uma competição desigual entre os portos. Temos que ver as causas dos problemas e ter uma política de governo que os resolva”, disse Duarte.

Sampaio garantiu que o governo irá ouvir a sociedade e, principalmente o porto, antes de decidir sobre qual modelo aplicar. “Nenhuma decisão vai sair de Brasília sem ouvir os senhores que conhecem a realidade do porto e os trabalhadores, que colocam a mão na massa”, ressaltou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/07/2020

PORTO DE RIO GRANDE TEM MOVIMENTO RECORDE EM JUNHO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 20/07/2020 - 19:53

O porto gaúcho de Rio Grande movimentou em junho mais de 4,4 milhões de toneladas, o que representa um avanço de 16,16% em relação a igual período do ano anterior e um novo recorde mensal para a instalação, informou nesta segunda-feira a Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul.

O resultado supera a marca de setembro de 2018, quando o porto havia movimentado cerca de 4,3 milhões de toneladas, de acordo com a autoridade portuária, que celebrou a marca em meio à pandemia de coronavírus.

Além de recorde mensal, o resultado de junho contribuiu para que o primeiro semestre de 2020 se tornasse o segundo melhor da história do porto, com movimentações de quase 20 milhões de toneladas — alta de 7% ante os seis primeiros meses de 2019.

As cifras foram puxadas por fortes embarques de soja, que atingiram 6,5 milhões de toneladas no primeiro semestre, avanço de 27,35% no comparativo anual.

Os embarques brasileiros da oleaginosa, principal produto movimentado em Rio Grande, têm sido impulsionados por forte demanda (especialmente da China) e pelo câmbio favorável às commodities locais.

As movimentações de fosfatos e arroz também tiveram grande desempenho no semestre, com altas superiores a 30%, embora as circulações de produtos como milho (-2,6%), trigo (-5,9%), petróleo (-3,8%) e farelo de soja (-12,1%) tenham ficado aquém das registradas no primeiro semestre de 2019.

Os granéis sólidos foram os produtos com maior contribuição ao resultado, com 12,46 milhões de toneladas no semestre, sendo 2,9 milhões de toneladas em junho.

Fonte: Reuters

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/07/2020